Geso Batista de Souza Júnior
(Organizador)

HISTÓRIA:
narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos

Ano 2024

Geso Batista de Souza Júnior
(Organizador)

HISTÓRIA:
narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos

Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

História: narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos

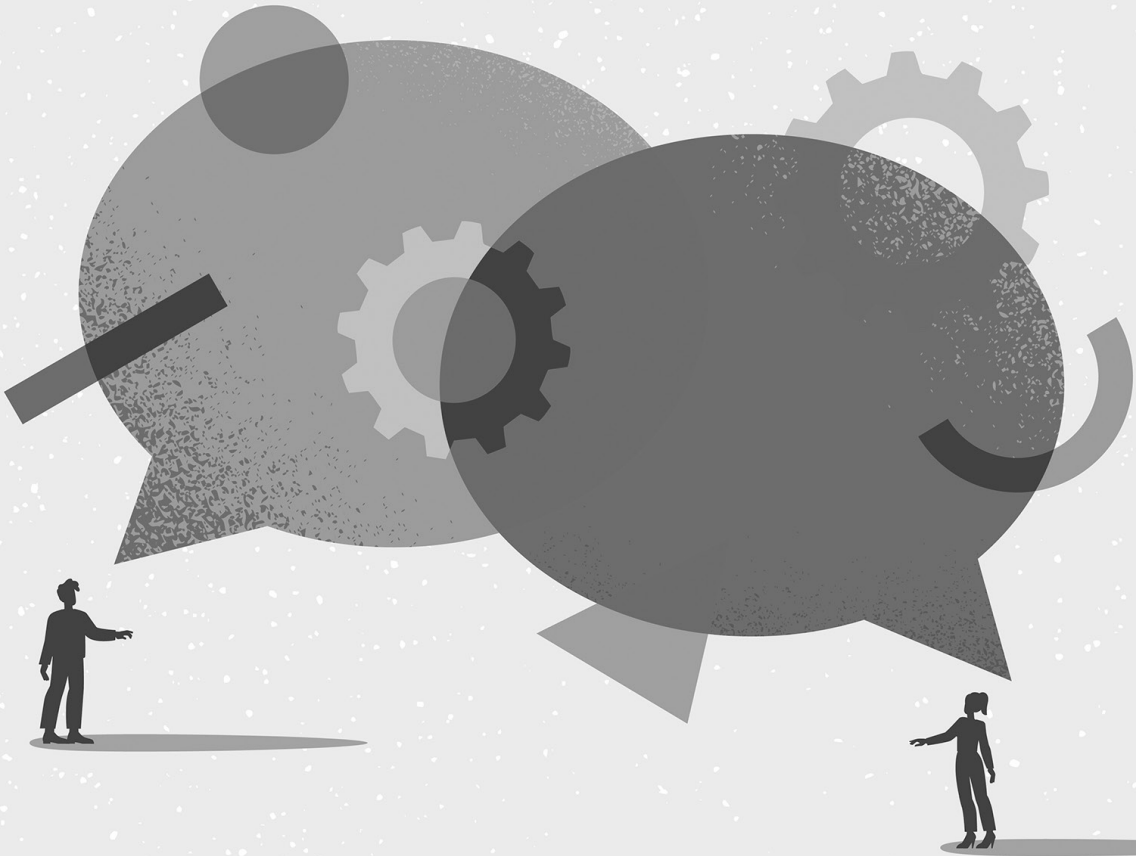
Diagramação:	Ellen Andressa Kubisty
Correção:	Flávia Roberta Barão
Indexação:	Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão:	Os autores
Organizador:	Geso Batista de Souza Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos / Organizador Geso Batista de Souza Júnior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2198-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.986240902

1. História. I. Souza Júnior, Geso Batista de (Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

É com grande entusiasmo que apresentamos o livro "História: Narrativas sobre os Eventos e seus Efeitos ao Longo dos Séculos", uma obra cuidadosamente organizada com o propósito de promover uma discussão científica abrangente e interdisciplinar sobre a história. Ao longo dos próximos capítulos, este segundo volume reúne pesquisas que transitam por diversos debates.

No primeiro texto, "Entre as TDICs e o Ensino Híbrido: Ferramentas Cognitivas Possíveis ao Ensino Híbrido no Ensino de História", de Tiago Sarmento Franco Araujo, exploramos as potencialidades do ensino híbrido aliado às ferramentas cognitivas para o ensino de história, destacando como essa abordagem pode desenvolver o pensamento crítico e promover uma educação mais interativa e dinâmica.

Já no segundo texto, "Infância e Trabalho: Práticas Pedagógicas da Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim (1824-1855)", de Rejane Pereira Correia, somos conduzidos a uma investigação das práticas pedagógicas de uma instituição voltada à formação ética e moral de meninos pobres e órfãos durante um período crucial da história do Brasil, contribuindo para o entendimento do papel da educação no contexto do projeto civilizador cultural e moderno do país no pós-independência.

O terceiro texto, "Meio Ambiente e Saúde no Contexto da Sustentabilidade Alimentar e Nutricional", de Marta Nichele, nos convida a refletir sobre a emergência do Desenvolvimento Sustentável e os desafios da Segurança Alimentar e Nutricional em uma sociedade em busca de sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica.

Por fim, no quarto texto, "Tradições Africanas à Sombra da Cristandade: O Casamento Escravo na Freguesia do Presídio (1839-1845)", de Igor Nogueira Lacerda, exploramos a complexa interação entre tradições africanas e a imposição da cultura cristã em indivíduos escravizados, oferecendo uma análise profunda das transformações culturais e sociais ocorridas nesse contexto.

Este livro representa um convite à reflexão sobre a escrita da história e seus efeitos ao longo do tempo, abordando temas relevantes e proporcionando uma visão panorâmica e multifacetada do campo da história. Esperamos que esta obra inspire novas pesquisas e contribua para o enriquecimento do conhecimento histórico. Boa leitura!

Geso Batista de Souza Júnior

SUMÁRIO

ENTRE AS TDICS E O ENSINO HÍBRIDO: FERRAMENTAS COGNITIVAS POSSÍVEIS AO ENSINO HÍBRIDO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Data de aceite: 01/02/2024

Tiago Sarmento Franco Araujo
Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Especialização em História e Cultura Afro Brasileira pela Faculdade Integrada do Noroeste de Minas, FINOM. Graduação em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC
lattes.cnpq.br/6119054199605729

RESUMO: Este estudo objetivou analisar as ferramentas possíveis no método do Ensino Híbrido no componente curricular de história, a fim de verificar potencialidades para o ensino de História. Para tanto, foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica. Com base nessa pesquisa, foi possível perceber a potencialidade do Ensino Híbrido aliada às ferramentas cognitivas no processo de ensino-aprendizagem de História. Por meio de todo o estudo realizado e das sugestões pedagógicas apresentadas, foi possível confirmar que a metodologia do Ensino Híbrido nas aulas de história pode desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de envolver aluno e professor de forma colaborativa, obtendo-se, assim, uma educação mais interativa e dinâmica.
PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Ensino Híbrido; Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação.

INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas modificaram as relações com o saber nas escolas. Nesse contexto, o professor do Ensino Médio pôde evidenciar que a maior parte dos estudantes tem acesso à internet em casa e leva seus celulares para a sala de aula. Isso já indica que as novas tecnologias estão conectadas à sociedade e que se torna necessário repensar o ensino e a metodologia em sala de aula. Tais inovações trazem inúmeras possibilidades para os professores de história e alunos dinamizarem o ensino e aprendizagem em sala de aula e fora dela, debatendo em igualdade de condições. Esta pesquisa foca em apresentar algumas ferramentas cognitivas das TDICs no ensino híbrido que podem ser utilizadas no ensino de história.

Este artigo científico pretende contribuir com o estudo referente ao uso

das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino de História do Ensino Médio a partir do método do Ensino Híbrido. Enquanto o mundo a nossa volta evolui com a comunicação e a tecnologia e com um fluxo contínuo de informações que impulsionam uma interação mais efetiva e rápida entre todos, essas mesmas transformações e mudanças profundas não são inseridas em algumas salas de aula, sobretudo, em relação ao uso de celulares. A partir desse fato busco propor o método do ensino híbrido como uma estratégia pedagógica inovadora em sala de aula que pode ser aproveitada pelos professores de História utilizando-se as ferramentas cognitivas.

DESENVOLVIMENTO

Muitas ferramentas cognitivas digitais são possíveis no método híbrido e se adequam ao ensino de história. Neste artigo, abordaremos quatro delas: Plataforma *online* educacional Sílabe, ferramenta de busca do *Google*, *Instagram* e o *Youtube*.

Para Martins (2009), as ferramentas cognitivas, no ensino de história, auxiliam na construção do pensar histórico, pois essa abordagem contribui para o diálogo do sujeito com suas hipóteses, pesquisas, sínteses interpretativas, fortalecendo a práxis, visto que a flexibilidade do fazer, refletir e, novamente, fazer é uma constante nesses sistemas computacionais. Outra importante contribuição é a lógica de rede colaborativa que possibilita a quebra de fronteiras, a difusão das informações em âmbito mundial pela multiplicação das fontes de conhecimento e trabalhos com a utilização de multimídias que agregam som, imagem, textos, inclusive as mídias clássicas, dependendo apenas da criatividade, criticidade e raciocínio do aluno.

De acordo com Araújo (2017), as tecnologias, se utilizadas de maneira adequada, trazem vantagens à sociedade, auxiliando na concretização de demandas. O uso da *internet* é capaz de colaborar profundamente na consolidação dos desígnios voltados ao lazer, aos mercados e à educação. Na área educacional, pode vir a ser uma extraordinária ferramenta, contanto que utilizada de forma acertada pelos docentes, seja na sala de aula ou fora desta, em tarefas e trabalhos. Pelo fato de dispor de dados incorretos e manejáveis, assim como qualquer outra fonte de pesquisa, a *web* traz consigo a necessidade de maior cautela por parte dos pesquisadores em potencial; não obstante, esse fato não invalida seu poder como fonte de informações, dados e conhecimento.

A utilização de tecnologias é primordial ao aprendizado de docentes e discentes, não sendo possível ignorar seu uso. A *web* apresenta incontáveis alternativas para lazer, negócios, aprendizagem e descanso. No que concerne ao ensino, pode ser uma ferramenta extremamente útil, desde que o docente saiba como usá-la para a aquisição de bons produtos e uma adequada realização pedagógica. A *web* é um imenso universo de informações e possibilidades para a educação. Cabe ao educador a melhor forma de utilizá-la em prol de um adequado meio educativo.

O aprendizado virtual é vital, não como a inigualável maneira de aprender, mas antes como uma das maneiras complementares cruciais à aprendizagem. Uma relevante parcela dos indivíduos faz uso do meio virtual para inúmeros propósitos, e os educadores devem fazer uso de distintos meios para a efetivação da aprendizagem, adaptar-se às novas realidades, às novas gerações. A agilidade da história social orbita em torno de tais alterações e mutações, não somente das ferramentas da tecnologia, mas também da própria sociedade.

A *internet*, ou ainda, o espaço ofertado pelo uso da *internet*, entendido como ciberespaço (LÉVY, 1999), traz consigo alternativas inéditas para a interação, a ubiquidade, a conectividade e as afinidades sociais. Ao longo do tempo, a sociedade passou por diversas transformações tecnológicas relacionadas aos diversos meios de comunicação, entre as quais se encontram a história oral, a escrita e outras que já receberam tais denominações. A distinção que urge é a de que a *internet* agrega inúmeras maneiras de comunicação em apenas um veículo (JENKINS, 2009), passando a ser uma relevante ferramenta na educação (LÉVY, 1996).

No ensino e no processo de ensino-aprendizagem, a instituição escolar, mais precisamente, necessita abranger as mais variadas mídias, não só a adoção do computador ou da *internet*, mas a adoção do rádio, da TV e dos aparelhos telefônicos. Os mais recentes meios de comunicação e intercâmbio não recusam os anteriores, ao contrário, são complementares a esses e elevam as chances de seu uso. Diversas escolas fazem uso de recentes e antigas tecnologias; entretanto, cabe uma reflexão sobre a maneira como tais tecnologias deveriam ser introduzidas no processo de ensino, assim como sobre o seu uso de forma correta e eficaz.

Refletindo, especificamente, sobre o ensino da disciplina de história, ressalta-se que as tecnologias auxiliam na formação cidadã e na maneira como os indivíduos explicam e dirigem as experimentações acontecidas, permitindo a ciência e a análise argumentativa da disciplina.

O educador tem a função de estimular seus estudantes a buscarem e edificarem seu próprio saber, tirando-os de uma situação de simples reprodutores para uma condição de edificadores e críticos da realidade. A independência do discente é vital ao processo de educação, fazendo com que a aula seja participativa, ativa e construtiva. O uso de ferramentas de busca na *web* auxilia na pesquisa, embora simultaneamente possa dificultá-la em função de o aluno se deparar com uma imensa quantidade de subsídios ou documentos ofertados, cuja oferta requer um exame de validade. É necessário cautela quando se revela algum dado que suscite a dúvida quanto à legitimidade das informações, pois é preciso impedir falhas e alastramento de dados desconexos (ARAÚJO, 2017).

No que concerne ao ensino da disciplina de história, seu objetivo é o de auxiliar o estudante na sua própria percepção acerca da constituição do tempo passado e presente, bem como das transformações que o acompanharam, visualizadas segundo os propósitos

do trabalho a ser desenvolvido pela ferramenta da *internet*. As narrativas históricas constantes em *sites* se traduzem em memórias sobre os tempos idos, tratam de um certo tópico e tempo. O estudante, ao fazer uso das ferramentas de busca e de pesquisa na *web*, perceberá um enorme volume de dados associados à história. Integra parte de sua competência a interpretação de tais dados, fazendo com que a aprendizagem histórica seja mais significativa e positiva. Entende-se que o aprendizado histórico é a consciência humana relativa à sociedade. Ao estudante compete o trato do saber histórico de forma consciente que o possibilite proceder à interpretação e à problematização desse saber para finalmente utilizá-lo (RÜSEN, 2011).

Tais dados e teorias relativos à história estão presentes na *internet,* em *blogs* e *sites*, contextualizados por meio de textos, áudios e vídeos. Assim, é imperativo que o docente auxilie o educando quanto à pesquisa e ao entendimento dos conteúdos históricos disponíveis no espaço virtual.

À princípio, qualquer sujeito que faça uma busca no *Google* perceberá como é fácil adquirir uma enorme variedade de dados. São milhares de páginas que surgem após a digitação de um termo de busca. Essas páginas que surgem na tela do computador como resposta a um comando não são, ainda, a concretização de uma pesquisa. Cabe recordar que as ferramentas que permitem a pesquisa não a suplantam, ou seja, a pesquisa não é o mecanismo em si, antes depende daquele que executa a pesquisa, de sua eleição, interpretação e julgamento (ARAÚJO, 2017).

Outra ferramenta com grande potencial é a Plataforma Sílabe. Essa plataforma é a extensão da sala de aula, isto é, o professor cadastra todos os alunos da turma para que tenham acesso online em qualquer local fora da sala de aula. Os discentes têm acesso a *slides* e vídeos do conteúdo proposto pelo docente, o que pode potencializar a aprendizagem no espaço virtual.

O educador pode criar aulas, rapidamente, com inúmeros materiais, conectando conteúdos externos como vídeos do *Youtube*, apresentações, formulários do *Google* e inserir conteúdo dentro da aula usando título, textos e imagens. Além disso, o professor pode avaliar e acompanhar o desenvolvimento do estudante de forma individual, criando vários tipos de atividades e emitindo o parecer do desempenho de cada aluno. Essa ferramenta pode ser acessada de qualquer dispositivo com acesso à internet, pois é uma plataforma *web*.

A terceira ferramenta é o *Instagram*. De acordo com Recuero (2009), as redes sociais, na Internet, são constituídas de representações dos atores sociais, de suas conexões e fazem parte do cotidiano da maioria dos estudantes. As representações se baseiam em perfis com todo o histórico de cada pessoa, de forma personalizada e com uma grande galeria de fotos. As conexões são os vínculos de amigos e grupos que cada usuário tem de forma individualizada, conferindo às redes sociais um potencial de informação e alcance mundial.

O *Instagram* é bastante popular entre os brasileiros que têm acesso à internet. Desde 2015, a presença de brasileiros na plataforma é maior do que a média global – naquele ano, 55% dos usuários de internet estavam presentes na rede social de fotografias, mais do que a média global, de 32%. Em 2016, esse número subiu para 75%, mais do que os 42% da média global do mesmo ano. De acordo com os estudos da *A Socialbakers*, empresa de análise e desempenho de marketing digital,

> O Instagram está se tornando a plataforma de mídia social número um quando se trata de engajamento de marcas. Quando olhamos para o engajamento em um nível absoluto, o Instagram tem um alcance maior por marcas do que o Facebook, apesar de ter um tamanho de público significativamente menor. Como resultado, vemos as empresas migrando seus investimentos para o Instagram (SOCIALBAKERS, 2019, p. 2).

Conforme explicado acima, a proposta do *Instagram* foi feita por ser uma rede social ostensivamente visual que mais cresce e por ser a mais engajada atualmente, além de fornecer mais ferramentas para fotografias.

A quarta ferramenta é o *Youtube*. Segundo Burgess (2009), o *Youtube* foi fundado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, ex-funcionários do *site* de comércio *on-line PayPal*, e lançado oficialmente, sem muito alarde, em junho de 2005. A inovação original era de ordem tecnológica (mas não exclusiva): era um entre os vários serviços concorrentes que tentavam eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na *internet*. Esse *site* disponibilizava uma interface bastante simples e integrada, dentro da qual o usuário podia fazer o *upload*, publicar e assistir a vídeos em *streaming* sem a necessidade de altos níveis de conhecimento técnico, dentro das restrições tecnológicas dos programas de navegação padrão e da relativamente modesta largura de banda.

A partir disso, podemos frisar a procura dos vídeos no *Youtube* por parte dos estudantes, os quais encontram nesse serviço um repositório variado de possibilidades para atender suas necessidades de aprendizagem, como também a produção de seus próprios vídeos. Os vídeos mais assistidos refletem uma aprovação quanto à sua eficácia, além de sinalizarem uma avaliação para os futuros usuários. Esses materiais podem ser aliados no processo de ensino-aprendizagem, principalmente se forem desenvolvidos utilizando-se toda a potencialidade da linguagem audiovisual da mídia vídeo.

É importante considerar que, com o aumento dos dispositivos móveis com acesso à internet e o uso crescente do *Youtube* como repositório acessível de vídeos educacionais (Mattar, 2012), a descoberta de critérios para o uso de textos em vídeos no *Youtube* assumiu grande notoriedade para professores e pesquisadores educacionais dedicados a produzir objetos de aprendizagem. Outro aspecto importante a ser considerado é o perfil cognitivo do usuário dos vídeos educacionais que, *a priori*, é mobilizado, de forma independente, na busca da aprendizagem que ocorre de forma autônoma (Matta, 2006).

Portanto, de acordo com Rüsen (2011), o processo de ensino na disciplina de história deve dar sentido à vida cotidiana dos estudantes, já que a história lecionada se conforma como um guia a ser construído pelos próprios discentes, a contar de sua identidade sobre as experimentações históricas. É justamente na consciência histórica que os indivíduos poderão ser orientados na sua vida rotineira, construindo conhecimentos sobre o tempo, motivando seus atos. Cabe aos educadores de história oportunizar aos educandos uma consciência histórica que seja alicerçada na crítica e na associação com outros contextos levantados e discutidos em sala de aula. A educação da história apenas será efetiva quando os docentes questionarem os argumentos históricos, possibilitando que os educandos repensem a própria ciência histórica (ARAÚJO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das ferramentas cognitivas ligadas às redes sociais como o *Instagram* e o *Youtube* podem possibilitar o engajamento dos estudantes, cuja identificação pode ser verificada no envolvimento de suas próprias produções, aflorando a imaginação e criatividade sobre o tema trabalhado. Os vídeos permitem aos alunos entenderem melhor o conteúdo por apresentarem uma linguagem fácil e por se aproximarem do cotidiano dos discentes. Além disso, as ferramentas propiciam um ambiente enriquecedor e motivador que, além de divertir, passa a ser visto como um potencializador de aprendizagem, permitindo aos alunos uma melhor compreensão de alguns conceitos não assimilados na sala de aula.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos ou sequências didáticas que visem à inclusão de forma definitiva da cultura digital na educação básica; que possam desencadear competências e habilidades para garantir um potencial ensino de maior qualidade e uma aprendizagem mais significativa; que atendam às diferentes necessidades dos alunos para assim efetivar uma prática pedagógica diferenciada.

Isso posto, concluiu-se que o Ensino Híbrido pode, verdadeiramente, potencializar o processo de ensino de história, desde que exista uma organização ampla do educador e dos demais envolvidos na gestão educacional de forma integrada às condições técnicas que a escola oferece e à participação efetiva dos alunos.

Assim, em síntese, o presente artigo indica os principais benefícios gerados pela metodologia referente ao Ensino Híbrido no ensino de História, com a finalidade de apresentar uma nova alternativa pedagógica para o ensino de História. Sugere-se, ainda, que outros estudos sejam desenvolvidos para discutir e fortalecer o tema apresentado nesse artigo, levando-se em consideração a evolução da sociedade, bem como os principais autores das áreas do Ensino de História, Educação e Tecnologia e do Ensino Híbrido.

REFÊRENCIAS

ARAÚJO, Marcelo Marcos de. **A utilização do mecanismo de busca do Google na pesquisa e no ensino de história: explorando possibilidades. 2017**. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, Araguaína, 2017. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br /bitstream/capes/173224/1/A%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20mecanismo%20de%20busca%20do%20Google%20na%20pesquisa%20e%20no%20Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20-%20explorando%20possibilidades.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.

BURGESS, Jean. **YouTube e a Revolução Digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. In: Jean Burgess e Joshua Green; com textos de Henry Jenkins e John Hartley. Tradução de Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **Colaboração, tecnologia e ensino de história: o pensar histórico e a autoria de hipermídia em rede**. Dissertação de Mestrado. 2009. 137 f. Universidade do Estado da Bahia – Uneb - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – ppgeduc – Campus 1, 2009. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br /site/wpcontent/uploads/2016/01/luciana_conceicao_de_almeida_martins.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de História – utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MATTAR, J. **Tutoria e interação em educação a distância.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009

RÜSEN, Jörn. O ensino de História. In: SHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. de. **Experiência, orientação:** as três dimensões da aprendizagem histórica e narrativa histórica – fundamentos, tipos, razão. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SOCIALBAKERS, **Plataforma de Marketing de Mídia Social Unificada**. Instagram vs. Facebook Report: Key Trends You Need to Know. Estudo realizado pelo grupo. Disponível em: <https://www.socialbakers.com/blog/ instagram-vs-facebook-report-key-trends-you-need-to-know >. Acesso em: 04 nov. 2022.

INFÂNCIA E TRABALHO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA CASA PIA COLÉGIO DE ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM (1824-1855)

Data de aceite: 01/02/2024

Rejane Pereira Correia
Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Mestranda em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

RESUMO: Este estudo apresenta o andamento da pesquisa de mestrado que tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas da Colégio Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, destinada a formação ética e moral dos meninos pobres, órfãos e porcionistas recolhidos, entre os anos de 1824 e 1855 em Salvador/BA, período simultâneo ao processo de construção do Estado Nacional do Brasil. Estão sendo consultados as legislação e regulamentos educacionais vigentes do período, atas da Mesa Administrativa, relatórios dos presidentes da província e professores, livro de matrícula, pasta dos alunos, além de periódicos que circulavam na época. A partir das proposições da lógica histórica de E. P. Thompson e das categorias experiência e cultura. Alguns resultados apontam que a instituição teve uma atuação relevante a serviço do projeto civilizador cultural e moderno do país no pós-independência. Para tanto, era necessário na ótica de sujeitos das camadas sociais dominantes encontrar uma solução para promover o ordenamento e controle dos meninos oriundos das camadas pobres que "perambulavam pelas ruas" cometendo variados delitos e arruaças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Práticas pedagógicas; Infância; Civilizar.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende identificar e refletir as práticas pedagógicas elaboradas pelo Colégio Casa Pia de Órfãos de São Joaquim (Casa Pia) entre 1824 e 1855 para a formação ética e moral dos meninos pobres órfãos e porcionistas recolhidos em Salvador, e os encaminhavam para o trabalho.

No início do XIX, Salvador tinha um comércio importante calcado, principalmente, na exportação de produtos tropicais, para Europa, África e Ásia (MATTOSO, 1992). Período de intensas transformações sociais, econômicas, culturais e políticas, entretanto, o crescimento ocorreu em consonância com o empobrecimento das camadas pobres da sociedade.

Os estudos de (FRAGA FILHO, 1994) também apontam que, apesar do crescimento da quantidade de crianças considerados "moleques e vadios", que praticavam pequenos furtos e arruaças nas ruas, era uma preocupação tanto das autoridades locais quanto dos comerciantes. Tal situação provocou um sentimento de comoção no irmão leigo Joaquim Francisco do Livramento em 1796, quando visitou a cidade e, no mesmo ano, solicitou doações para fundar um orfanato que abrigasse meninos (MATTA, 1996).

Apesar do cenário de prosperidade econômica na Bahia entre os anos (1787–1821), havia também os seus contrastes, pois em torno de 90% da população vivia no "limiar da pobreza" (MATTOSO, 1992, p. 279). Uma dessas expressões, de grande penúria são reveladas pelos documentos da época em Salvador, que mostram o crescente número de recém-nascidos diariamente abandonados nas instituições religiosas, principalmente, nos períodos de intensas crises ao longo da primeira metade do século XIX.

Esse é o contexto histórico e social que a Casa Pia, fundada quatro anos depois do empenho pessoal do religioso e que encontrou eco entre os comerciantes locais, senhores de engenhos e nas autoridades políticas, pois viam a criação da Instituição asilar como uma estratégia de controle e ordenamento dos corpos e dos trabalhos urbanos.

De acordo com o estatuto da instituição aprovado pela Mesa Administrativa em 1828, a Casa Pia teria como principal objetivo de atuação recolher e "formar" através de uma educação moralizante meninos, pobres, órfãos e porcionistas que tinham como principal destino serem encaminhados para o mercado de trabalho como mão-de-obra à praça de Salvador.

Desde o início do século XIX, a educação das camadas pobres e livres, principalmente, destinada aos "desvalidos da sorte" e órfãos que estava apoiada num assistencialismo religioso, e tinha como função primordial a formação de artificies para o pleno exercício de atividades manuais, principalmente, na zona urbana de Salvador e região.

Nesse contexto, o problema da pesquisa será: Quais os significados das práticas educativas para a formação ética e moral dos meninos pobres, órfãos e porcionistas na Casa Pia em Savador (1824 – 1855)?

As contribuições da pesquisa para a educação condicionam-se a lançar o desafio de discutir e provocar reflexões enriquecedoras sobre a instrução pública voltada para o mundo do trabalho. Os objetivos dessa pesquisa são: no âmbito geral – Compreender os significados das práticas educativas adotados na Casa Pia para formação ética e moral dos meninos, pobres, órfãos e porcionistas em Salvador (1824-1855).

Os objetivos específicos: Identificar as práticas educativas adotadas na Casa Pia examinando o estatuto, plano de estudos, as atas da Mesa Administrativas, pastas dos alunos, livro de matrícula, relatórios, listas de frequências, mapas de notas; Compreender os sentidos do recolhimento dos meninos, pobres, órfãos e porcionistas pela Casa Pia em Salvador entre 1824 e 1855; Compreender a formação ética e moral para o trabalho livre orientada pela Casa Pia numa sociedade escravista (1824 -1855).

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico que será utilizado neste estudo partirá da História vista "dos de baixo", das relações entre História Social e a História Cultural, assim como, da teoria da análise de conteúdo. Sendo assim, a História deve ser problematizada, pois no caso específico desse estudo, proporciona a inclusão das narrativas de grupos sociais tradicionalmente marginalizados pela historiografia, portanto, essa pesquisa permitirá também a apreciação de uma visão sobre as "pessoas comuns".

Desse modo, este estudo partirá das perspectivas História Social proposta por Thompson (1987, 1997). Há uma complexidade nos contextos culturais que devem ser levados em consideração, pois são marcados por conflitos e tensões no tecido social na vida individual e coletiva dos sujeitos. As contribuições da cultura e experiências desses grupos será extremamente relevante para essa proposta de pesquisa. A História Social, ao considerar sua gênese na Nova História, parte da interdisciplinaridade e do alargamento de fontes de pesquisa. É importante salientar que esse autor considera a experiência conectada ao mundo social em um determinado espaço de tempo por meio de suas próprias circunstâncias históricas.

A proposta de Àries (1981), através dos seus estudos propostos em *História social da criança e da família*, lança um olhar sobre a infância como sendo uma construção histórica, cultural e social. A infância é trazida para um novo campo de estudo, no entanto, um levantamento de estudos mais recentes sinalizados por Kuhmann Jr. (1998) nos chama atenção para as possíveis armadilhas e perigos da linearidade da história, bem como a transposição de modelos elaborados em outros contextos sociais e tempos historiográficos distintos. Para este autor, "[...] essas correspondências entre períodos históricos diferenciados partem da arbitrariedade de que há um caminho pronto para se trilhar na história, e nele, uma defasagem de quase dois séculos a nos separar da realidade europeia." (KUHMANN JR., 1998, p. 37).

O foco do estudo serão as crianças oriundas das camadas populares da sociedade baiana, ou seja, pobres e órfãos cujo controle se fazia necessário, na ótica do olhar das camadas dominantes, já que era preciso encontrar uma solução rápida e eficaz para promover o ordenamento e controle desses sujeitos que "perambulavam pelas ruas" cometendo variados delitos.

As décadas iniciais do século XIX, por muito tempo, foram um período pouco desbravado pela História da Educação devido à ausência de uma sistematização e organização de um ensino público. No entanto, recentes estudos têm revelado uma vasta riqueza desse período ímpar de construção do Estado Nacional do Brasil.

A pesquisa em questão é qualitativa quanto a abordagem. Do ponto de vista dos procedimentos, se alicerça no estudo histórico na pesquisa documental.

METODOLOGIA

Sendo consideradas as fontes e os procedimentos para o levantamento das informações, tem-se uma pesquisa de base documental inserida numa abordagem qualitativa, que tem a intenção de estudar as práticas pedagógicas durante o funcionamento da Casa Pia no recolhimento e formação para o mundo do trabalho de meninos, pobres, órfãos e porcionistas recolhidos no período compreendido entre 1824 e 1855.

A partir do problema evidenciado e dos objetivos traçados para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, assumirá a natureza qualitativa preocupando-se em discutir um fenômeno social: práticas pedagógicas desenvolvidas pela Casa Pia entre os anos de 1824 até 1855.

Como etapa inicial, será realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, pautada nos estudos recentes da História da Educação, História da Bahia, História das Instituições que dissertem sobre os seguintes temas: história da educação, memória, experiência, cultura, e outros que serão desenhados e adotados a partir da orientação oficial. Essa etapa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

A pesquisa será ainda de cunho documental, uma vez que será feito o levantamento dos principais documentos (relatórios, atas, estatuto, jornais, livros, artigos, dissertações, teses) que tragam registros sobre a historiografia da educação. Além disso, trarão à tona a riqueza de informações que podem ser extraídas ao ponto de possibilitar e ampliar o entendimento de objetos que necessitam de discussão e contextualização histórica e sociocultural. Nesse contexto, o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, além de acompanhar a evolução de conceitos e conhecimentos.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

No exercício de leitura preliminar de alguns relatórios de professores, percebe-se a dificuldade de aquisição de material didático, o estado de conservação dos poucos disponíveis e as referências desejadas pelos professores para sua ação no processo educativo das crianças recolhidos. Vale ressaltar ainda que esses documentos não foram encontrados *in loco*, pois não mais fazem parte do patrimônio e que essa relação de aquisição de compra desses livros dá pistas para a compreensão de qual era o caminho da educação que se pretendia realizar na Casa Pia.

A instituição atuou em bases pedagógicas tradicionais, através de métodos violentos como a aplicação de castigos corporais e isolamento familiar e social. Vale ressaltar ainda, que os resultados parciais já revelam que a Casa Pia teve uma atuação relevante a serviço do projeto civilizador e cultural e moderno do país, no período após a independência do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XIX, a recém formada Casa Pia teve um importante papel no recolhimento, educação e formação de mão-de-obra em Salvador. Embora para o Estado e sujeitos das classes dominantes a ideia de civilizar, moralizar através do trabalho, caminho ideal para o controle e ordenamento de crianças oriundas das camadas pobres. Esta instituição elaborou e impôs as suas práticas e métodos pedagógicos para atender ao projeto político civilizador, como também a preparação e o encaminhamento para o trabalho.

Em linhas gerais, está sendo possível perceber a ocorrência de ações dos meninos matrículados na Casa Pia. A leitura da documentação a partir da abordagem da História Social inglesa permitiu a compreensão de perceber práticas de resistência.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da família.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.

FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cinthya G.. (org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1994.

JINZENJI, Monica Y.. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846).* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MATTA, Alfredo E. R. da. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*, Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Bahia, 1996.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: porque e como pesquisar.* Campinas: Editora Alínea, 2013.

NUNES, Antonietta de A.. *Educação na Bahia no Século XIX: algumas considerações*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, n. 93, jan. 1997.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Rev. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del niño / Editora Universitária Santa Úrsula / Anais Livraria e Editora, 1995.

SCHUELER, Alessandra F. M. de. *Internatos, Asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira*. Revista contemporânea da educação. Rio de Janeiro: UERJ, v. 4, n. 7, janeiro/julho. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view /1570>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOUSA, Ione C.. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Dissertação de Doutorado. PUC – São Paulo. 2006.

THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa* I:A árvore da liberdade. SP: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P.. *Tempo, disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*. In: Costumes em Comum. SP: Cia das Letras;1997.

VEIGA, Cynthia G.. *Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. Rio de Janeiro. CD-Rom, 2000.

MEIO AMBIENTE E SAÚDE NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Data de aceite: 01/02/2024

Marta Nichele

A emergência do Desenvolvimento Sustentável (DS) como projeto político e social da humanidade tem promovido a orientação de esforços no sentido de encontrar caminhos para a construção de uma sociedade sustentável (Sartori et al., 2014). A clareza conceitual de sustentabilidade é o início para a compreensão de todo um universo que envolve esse tema.

Segundo o relatório Brundtland (1987), publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, sustentabilidade é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Por este conceito, entende-se que a taxa de exploração dos recursos naturais está relacionada com o crescimento econômico mas também com o desenvolvimento social. Portanto, o desafio atual está na redefinição das formas do crescimento econômico, bem como na inclusão do desenvolvimento social e da preservação ambiental. Assim, sustentabilidade é produzir e consumir respeitando a qualidade de vida humana sem causar danos ao meio (CMMAD, 1991).

Assumindo desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (Brundtland, 1987), é que se faz necessário discutir a produção e o consumo de alimentos na perspectiva alimentar e nutricional. Nesta perspectiva, este capítulo traz a discussão sobre sustentabilidade alimentar e nutricional no contexto ambiental em saúde.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), compreendida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade

suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, social e economicamente sustentáveis (Brasil, 2006), ainda representa um grande desafio para a sociedade.

A SAN e a promoção da alimentação saudável são essenciais para a saúde e qualidade de vida. A postura alimentar é uma condição básica do ser humano, mas grande parte da população mundial faz erradamente, seja por falta de acesso aos alimentos, o que ocasiona o problema da fome, ou por falta de informação, gerando a fome oculta, ou seja, má qualidade da alimentação causada pela baixa qualidade e carência de nutrientes. Centrar o problema da fome na distribuição de alimentos não é o suficiente, é necessário que todo a cadeia de produção da sobrevivência esteja integrada para a promoção do desenvolvimento social, ambiental e economicamente sustentável (Sachs, 2002).

Muitos avanços foram conquistados no Brasil a partir da implantação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN), como o fato de, pela primeira vez na história, em 2014, o país ter saído do Mapa Mundial da Fome, segundo relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONU/FAO), contudo, ainda é necessária a garantia da qualidade alimentar e nutricional da alimentação (FAO, 2015).

Quando se analisam os dois elementos, distintos e complementares, explícitos no conceito de SAN, a dimensão alimentar e a dimensão nutricional, percebe-se o longo caminho que ainda precisa ser trilhado para a sua completa efetivação. A dimensão nutricional trata das relações entre o homem e o alimento, implicando na escolha de alimentos saudáveis; preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário; consumo alimentar adequado e saudável; boas condições de saúde, higiene e de vida para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; promoção dos cuidados com sua própria saúde, de sua família e comunidade; acesso aos serviços de saúde de forma oportuna e com resolutividade das ações prestadas e promoção dos fatores ambientais que interferem na saúde e nutrição como as condições psicossociais, econômicas, culturais, ambientais. Já a dimensão alimentar, refere-se à produção, disponibilidade e distribuição de alimentos que deve ser suficiente para atender a demanda; estável e continuada para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais; autônoma para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos; equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas para manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população e sustentável em todas as dimensões, com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações (Abrandh, 2013).

As relações existentes entre a saúde e o meio ambiente assumem um papel na preservação e promoção de ações que contribuam para a segurança alimentar e nutricional. Essas ações buscam educar, detectar ou prevenir indicadores que possam interferir e gerar dano à saúde do homem e ao meio ambiente (FUNASA, 2002).

Desta forma, a sustentabilidade se insere no conceito da SAN que não depende apenas da existência de um sistema alimentar que garanta produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas que também não venha interferir na demanda futura de produção, distribuição, consumo e condições ambientais favoráveis à vida (Maluf, 2012), e é amparada pela vigilância ambiental em saúde que investiga as interações entre saúde e meio ambiente, e é sobre isso que buscaremos aqui trazer uma reflexão.

SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Analisar a sustentabilidade da alimentação é uma forma coerente de entender as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais presentes em cada etapa do processo social e humano: o sistema alimentar e o consumo de alimentos.

O sistema alimentar é definido como uma cadeia de atividades que podem ser divididas em cinco etapas: produção, processamento, distribuição, consumo e disposição de resíduos. A produção diz respeito ao cultivo dos alimentos; o processamento se refere ao processo de transformação dos alimentos em produtos; a distribuição trata do armazenamento e transporte dos alimentos até o consumidor; o consumo é a fase na qual o alimento é adquirido, utilizado e consumido; e por fim, a disposição de resíduos é referente ao descarte final dos alimentos e seus subprodutos (Pereira et al., 2011). Gazola e Schneider (2017), afirmam que quando o sistema de produção de alimentos, considerado desde a plantação das sementes até o destino dos resíduos, contribuem para a preservação ambiental, este sistema é considerado sustentável. Atualmente, em termos globais, este sistema se dá de forma ambientalmente insustentável, visto que todas suas etapas podem impactar de alguma forma o meio ambiente, indo em direção contrária à proposta para o alcance da sustentabilidade (Spinelli, 2009).

Há uma crescente preocupação e esforço, por parte da sociedade civil e algumas iniciativas do poder público, para implantar medidas de proteção ambiental. Em resposta aos desafios encontrados pela humanidade na busca pelo desenvolvimento sustentável, muitas iniciativas marcam esse processo. A primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMMAD) realizada em 1972, na Suécia, estimulou os governos na criação de políticas ambientais para a qualidade da água, do ar e do solo (Martins, 2015). Após, surgiram às discussões mais densas sobre a sustentabilidade ambiental, baseado nos princípios do relatório *Brundtland* com seu principal discurso de não comprometer o meio ambiente diante as necessidades do mundo globalizado (Brundtland, 1987). Outro evento importante foi a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que refletiu sobre as questões que envolviam as dimensões sociais e ambientais (Leite, 2010). Dessa conferência criaram-se documentos, sendo que um deles resultou na formulação de um guia com 27 princípios sobre as políticas de

desenvolvimento sustentável, a Agenda 21, documento norteador que estabelecia políticas governamentais sobre o meio ambiente nas esferas internacional, nacional, regional e local, a fim de estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável entre os países (Barbosa, 2008).

Em 2012, a Conferência Rio+20 tratou das políticas ambientais internacionais, reforçando a discussão sobre desenvolvimento sustentável entre os governos, a fim de cumprirem metas e critérios para economia verde e da erradicação da pobreza (Brasil, 2012). E em 2015, a Agenda 2030, intitulada de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, dita, para 2016 a 2030, um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável, propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados-membros da ONU (Brasil, 2016).

Esse último evento, busca claramente, proteger o meio ambiente e promover o bem estar e a prosperidade de todos, sendo apontada a relação sustentável que envolve a produção e consumo de alimentos, conforme uma das citações que frisa “assegurar o padrão de produção e promover o consumo sustentável” (Brasil, p. 18, 2016).

A sustentabilidade alimentar e nutricional, no contexto da produção e consumo alimentar pode ser descrita como práticas sustentáveis que objetivam atenuar o impacto ambiental através de ações como: uso racional de recursos naturais, economia de energia, redução de resíduos, reciclagem contínua, utilização de alimentos agroecológicos, valorização da agricultura familiar, incentivo ao consumo de produtos orgânicos, aquisição de alimentos produzidos localmente, preferencia para o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, utilização integral dos alimentos de origem vegetal, aproveitamento de sobras alimentares limpas e dentre outras ações ditas ecologicamente corretas (Martins, 2015).

Desperdício alimentar

O desperdício de alimentos é um problema amplamente discutido e que está incorporado à cultura brasileira, sendo movido por causas econômicas, políticas, culturais e tecnológicas, que abrangem as principais etapas da cadeia de movimentação: plantio, produção, transporte, comercialização, sistema de embalagem e armazenamento (Silvério, Oltramari, 2014). A FAO registra que cerca de um terço dos alimentos produzido no mundo, 1,3 bilhões de toneladas, são descartados anualmente (FAO, 2014). No Brasil, a cada ano, aproximadamente 26 milhões de toneladas de alimentos vão para o lixo (FAO, 2015). A produção agrícola contribui de forma significante com esses números, observando-se que há pouco investimento em procedimentos, tecnologia e treinamento para evitar as perdas.

O volume de alimento produzido, seja ele na agricultura, na indústria ou nos serviços de alimentação, passa por vários processos que, se não alinhados e administrados corretamente, geram perdas, sejam pelo excesso produzido e não distribuído, pelo mau acondicionamento durante o transporte e armazenamento ou até pela não aceitabilidade devido às preferências individuais e ou pela baixa qualidade do produto acabado. Todos esses fatores contribuem para os índices elevados de alimentos produzidos e desperdiçados (Strasburg, Jahno, 2017).

Um dado revelado em relação às perdas com os vegetais, frutas e hortaliças, apontam que 10% ocorrem no campo, 50% durante o manuseio e transporte, 30% nas centrais de abastecimento e comercialização, e 10% em supermercados e consumidor final. Esse volume se dá em decorrência de vários fatores, que podem variar entre o clima e estação do ano, deterioração por microorganismos, transporte inadequado, manuseio incorreto de máquinas, de equipamentos, de produtos químicos e até mesmo do próprio alimento, entre outros (Soares, 2014).

Os serviços de alimentação, mercado que tem crescido exponencialmente no Brasil, também contribuem com índices elevados de desperdício alimentar consequente do grande consumo de matéria-prima, descarte de partes não comestíveis durante a seleção, higienização e corte de alimentos, restos alimentares (na preparação, na distribuição e no prato dos comensais), além de gerar uma grande quantidade de resíduos orgânicos e lixiviados, produzidos pela decomposição de resíduos orgânicos, considerado uma fonte de impactos. A redução desses impactos é um desafio para os gestores dos serviços de alimentação e para toda a comunidade, considerando que esses fatos também ocorrem em domicílios (Spinelli, 2009). O desperdício alimentar pode ser amenizado com ações que podem minimizar o descarte de restos de alimentos, como a utilização integral de alimentos, uma forma inteligente de criar novas preparações com partes de alimentos que seriam jogados foras, como talos, folhas e cascas de vegetais. O aproveitamento de sobras de alimentos já preparados também é uma opção a ser considerada, desde que sejam tomados cuidados com a forma de manuseio e conservação para evitar qualquer contaminação alimentar (Brasil, 2004a).

Para além disso, é necessário considerar o desperdício dos recursos intrínsecos utilizados e indispensáveis na produção de alimentos, como a água e a energia. A água participa de todas as etapas de produção, seja na higienização dos alimentos, tendo contato de forma direta ou indireta, até a distribuição dos alimentos. O uso da energia elétrica é necessário para a manutenção dos alimentos, desde o recebimento, conservação (refrigeração e congelamento), como também para o funcionamento dos equipamentos utilizados para o preparo dos alimentos e a sua manutenção na distribuição em conservação a quente ou a frio (Stransburg, Jahno, 2017). A legislação brasileira criou a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), através da Lei nº 9.433 (Brasil, 1997), que estabelece como fundamento o respeito aos usos múltiplos e como prioridade o abastecimento humano e

dessedentação animal em casos de escassez. Orienta também a realização de capacitação sistemática sobre o uso racional da água; a identificação e correção de vazamentos na rede de água, a adoção de procedimentos com economia e sem desperdício; a utilização de materiais de limpeza biodegradáveis; a criação de estratégias de reaproveitamento e reuso de água, quando possível. Quanto ao uso racional de energia, a Lei nº 10.295 (Brasil, 2001), incentiva ações educativas para a economia de energia elétrica, tais como: verificar periodicamente os sistemas de instalações elétricas, identificar excesso de consumos em equipamentos e maquinários, desligar os sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores entre outras.

Resíduos sólidos

Resíduos sólidos são materiais sem utilidade ou descartáveis, em estado sólido, semissólido, semilíquido ou até mesmo com conteúdo líquido insuficiente que possa fluir livremente. Tais resíduos podem ser formados pelos produtos não aproveitados das atividades humanas, sejam elas domésticas, comerciais, industriais, de serviços de saúde ou gerados pela natureza tais como folhas, galhos, terra, areia (ABNT, 2004). A gestão dos resíduos é sustentável quando não causa danos socioambientais e não promovam agravos à saúde pública, tais como degradação do solo, comprometimento dos mananciais, poluição de rios, intensificação de enchentes, a poluição do ar e proliferação de vetores de importância sanitária (Jacobi, Besen, 2011).

A geração de resíduos é condição inerente ao segmento de produção alimentar, seja pelo uso das embalagens dos produtos utilizados ou pelos rejeitos durante o processamento dos alimentos. No entanto, a caracterização e o correto acondicionamento e destinação de tais restos, de acordo com a Política Nacional de Resíduos (PNRS) (Brasil, 2010), ainda constituem um desafio a ser superado no Brasil. A Lei 12.305 (Brasil, 2010), orienta que todo local produtor de alimentos deve ter um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), conhecer os resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados; identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores; metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e à reutilização e reciclagem.

A redução de resíduos é parte de uma estratégia ambiental e a ONU, através de um programa ambiental, Produção Mais Limpa (PML), visa ações preventivas para os processos que envolvem a produção de resíduos a fim de aumentar a eficiência total e de reduzir riscos aos seres humanos e ao ambiente. A PML, considerada uma estratégia econômica, ambiental e tecnológica, contribui para o aumento da eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos gerados (FIESP, 2010). Os produtos biodegradáveis são instrumentos de estudo, considerado inovador para auxiliar no cuidado com o meio ambiente,

Os resíduos provenientes da produção de alimentos devem ser reciclados e ou utilizados para compostagem. Reciclagem designa o reaproveitamento de materiais beneficiados em novos produtos, principalmente o papel, o vidro, o metal e o plástico e estes devem ser devidamente separados para facilitar o processo de coleta e reciclagem (Collares, Figueiredo, 2012).

A compostagem é o processo biológico de decomposição e de reciclagem da matéria orgânica contida em restos de origem animal ou vegetal formando um composto. A compostagem propicia um destino útil para os resíduos orgânicos, evitando sua acumulação em aterros e melhorando a fertilidade dos solos. Esse processo permite dar um destino aos resíduos orgânicos agrícolas, industriais e domésticos, como restos de comidas e resíduos do jardim. Esse processo, tem como resultado final um produto, o composto orgânico, que pode ser aplicado ao solo para melhorar suas características, sem ocasionar riscos ao meio ambiente. Em grande escala pode ser feita em usinas de tratamento e em menor pode ser adaptado em casas, escolas e restaurantes (Pires, Ferrão, 2017). Uma das finalidades de se aproveitar os resíduos orgânicos para a compostagem é a produção de um composto orgânico rico em húmus e destiná-lo novamente para atividade agrícola na forma de adubo a fim de recondicionar o solo e fertilizá-lo (Brasil, 2010).

O óleo de cozinha é outro resíduo que precisa ser destinado corretamente. A composição do óleo, a base de ésteres de ácidos graxos, não dificulta a degradação, mas sua insolubilidade em água diminui o contato do óleo com os microrganismos aptos a digerir e degradar as gotas de óleo em emulsão. O óleo de cozinha, usado e jogado nos ralos das pias e vasos sanitários, provoca obstruções em encanamentos, ao funcionar como aglutinante de outras sujeiras. Isto pode provocar o refluxo de esgoto (Fecomércio, 2010). A reciclagem mais comum do óleo de cozinha é produção de biodiesel por empresas especializadas e a segunda é a produção de sabão caseiro.

Escolhas alimentares

O Guia Alimentar para a População Brasileira destaca, entre os fundamentos que sustentam sua elaboração, a “interdependência entre alimentação adequada e saudável e sustentabilidade do sistema alimentar” (Brasil, p. 13, 2014).

A aquisição de alimentos, etapa importante subsequente à produção alimentar, permite a aplicação de práticas sustentáveis na escolha de alimentos. Ações como escolher alimentos provenientes da agricultura familiar (alimentos orgânicos ou agroecológico), produzidos em locais próximos (alimentos regionais), da época (alimentos sazonais) e pouco processados pela indústria (alimentos *in natura* e minimamente processados) contribuem com o meio ambiente e tornam os praticantes, participantes de um processo sustentável (Vieiros, Proença, 2010).

O Brasil criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a partir da Lei n°11.326 (Brasil, 2006a), que regulamenta o modo de produção da agricultura familiar. A inserção da agricultura familiar na produção de alimentos, como forma de fortalecimento das ações para sustentabilidade, está cada vez mais valorizada no âmbito social e político, uma vez que empregam modelos de produção sustentável obedecendo as dimensões ambiental, social e a econômica (Neves, Castro, 2010). Dois grandes programas federais de compras, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) promoveram a inserção da agricultura familiar na comercialização de alimentos de maneira mais contundente (Teo; Triches, 2016).

A agricultura familiar, além de garantir o autoconsumo, auxilia os agricultores na venda dos produtos e a população ao acesso a preços mais justos. Também possibilita a utilização de recursos produtivos orgânicos menos agressivos ao meio ambiente, diversidade na produção, policultivos, racionamento de água e outros recurso, economia nas embalagens e entre outros (Stoffel et al., 2014).

A produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos tem sido praticada, de forma crescente, pela agricultura familiar, que utiliza meios de cultivos mais sustentáveis, sem o uso de agroquímicos (Neves, Castro, 2010). Esses alimentos orgânicos são considerados ideais para manter o equilíbrio do meio ambiente e é citado, pelo Guia Alimentar para a População Brasileira como:

> "Alimentos de origem vegetal ou animal oriundos de sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos naturais, que produzem alimentos livres de contaminantes, que protegem a biodiversidade, que contribuem para a desconcentração das terras produtivas e para a criação de trabalho e que, ao mesmo tempo, respeitam e aperfeiçoam saberes e formas de produção tradicionais são chamados de alimentos orgânicos e de base agroecológica (Brasil, p. 33, 2014).

Essas formas de cultivo evitam o lançamento de produtos químicos no solo, no ar e na água, e a obtenção da produção é por meio da rotação de culturas e fertilização orgânica, possibilitando o envolvimento de aspectos da sustentabilidade social e econômica (Stoffel et al., 2014). O aumento da produção dos produtos orgânicos pode ser estimulado pelo consumidor, através da preferência e aquisição, permitindo aos produtores da agroecologia familiar, o retorno financeiro investido (Brasil, 2014). Além disso, a própria população pode cultivar, em suas próprias casas, alimentos orgânicos, por meio das hortas domésticas. Essa alternativa tem sido pratica nos quintais das casas, lajes e sacadas de prédios e, até mesmo, pelas prefeituras e associações de moradores, construindo hortas comunitárias e escolares. Essa opção, além de ser economicamente viável, valoriza os alimentos da estação (Brasil, 2014).

Os alimentos sazonais, ou seja, alimentos da safra ou da estação, são opções que, ao serem adquiridos, estimulam e fortalecem a agricultura familiar além de serem mais nutritivos e saborosos. A opção por alimentos produzidos de acordo com a sazonalidade

e produzidos localmente são ótimas alternativas para a sustentabilidade alimentar (Brasil, 2014).

Um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), indicou que 84% dos agricultores familiares distribuíram grande parte dos alimentos produzidos na própria região (IBGE, 2010). A aquisição de alimentos produzidos na região é uma forma de valorização do alimento e do produtor e isso gera desenvolvimento regional sustentável devido à redução de vários custos envolvidos com o transporte e a regulação de preços no abastecimento local (Brasil, 2010). Os alimentos adquiridos, para o consumo, longe do local produzido, geram impacto ambiental, pois o transporte contribui para a emissão de gases lançados a atmosfera e o aumento nos custos, assim, consumir alimentos produzidos localmente colabora com o desenvolvimento ambiental e econômico da região, gera retorno financeiro e estimula ao pequeno agricultor, aumenta a conservação organoléptica e nutricional dos alimentos devido a reduzida exposição dos alimentos ao tempo e temperatura (Stoffel et al. 2104).

Os alimentos *in natura* ou minimamente processados "são aqueles obtidos diretamente de plantas ou de animais e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza" (Brasil, p. 25, 2014). Já os alimentos minimamente processados "são aqueles *in natura* que foram submetidos a alterações mínimas" (Brasil, p. 26, 2014). Exemplos desses alimentos são os frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos, ovos e carnes que passaram por pequenos processos de limpeza, seleção, remoção de partes não comestíveis, moagem, aquecimento e resfriamento (Brasil, 2014). O consumo dos alimentos *in natura* ou minimamente processados, são orientados pelo MS através do Guia Alimentar e, além de contribuir com os nutrientes necessários para a saúde, auxilia a sustentabilidade alimentar e minimiza a produção de resíduos reciclável.

Os alimentos industrializados, ditos processados e ultraprocessados, causam impacto ao ambiente devido a forma de sua produção. O Guia Alimentar para a População Brasileira afirma que "[...] pilhas de embalagens desses produtos descartados no ambiente [...] desfiguram a paisagem e requerem o uso crescente de novos espaços e de novas e dispendiosas tecnologias de gestão de resíduos" (Brasil, p. 46, 2014). Além disso, o mesmo documento ainda cita:

> "demanda por açúcar, óleos vegetais e outras matérias primas comuns a fabricação de alimentos ultraprocessados estimula monoculturas dependentes de agrotóxicos e uso intenso de fertilizantes químicos e de água, em detrimento da diversificação da agricultura. A sequência de processos envolvidos com a manufatura, distribuição e comercialização desses produtos envolve longos percursos de transporte e, portanto, grande gasto de energia e emissão de poluentes. A quantidade de água utilizada nas várias etapas da sua produção é imensa. A consequência comum é a degradação e a poluição do ambiente, a redução da biodiversidade e o comprometimento de reservas de água, de energia e de muitos outros recursos naturais (Brasil, p. 46, 2014).

Diante do exposto, fica clara a necessidade da conscientização e ações em relação à sustentabilidade alimentar e nutricional. A vigilância ambiental em saúde, mobilizando todos os envolvidos, setores públicos, privados e a própria população, conscientiza e instiga ações que integrem efetivamente a saúde e o meio ambiente, minimizando riscos da insustentabilidade para esta e futuras gerações (FUNASA, 2002). A sustentabilidade requer uma gestão que seja democrática e ética e que garanta o desenvolvimento em todas as dimensões, especificamente, conforme já discutido, na economia dos recursos ambientais e alimentares, considerando a qualidade de vida da humanidade (BRASIL, 2004a).

A estruturação da vigilância ambiental em saúde prevê uma gestão ambiental em saúde com vista para a sustentabilidade, compreendendo os fatores de riscos, ambientais, alimentares e nutricionais, para a saúde da população até o desenvolvimento de políticas públicas e sociais para o controle e eliminação dos riscos (BRASIL, 2004a). Destaca-se a importância das contribuições da vigilância ambiental em saúde para o desenvolvimento de atividades de promoção, prevenção, controle e, posterior, avalição das ações, para a melhoria e recuperação da saúde humana e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRANDH. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10004 - Norma Brasileira. Resíduos sólidos – Classificação. 71 p. 2004.

BARBOSA, G.S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**. 4ª Edição, n.4, v.1, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n.9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, 09/01/1997. Disponível em: <http:// www.mma.gov.br/legislacao/agua/category/116-recursos-hidricos>. Acesso em: 13 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18/10/2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10295. htm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Vigilância ambiental em saúde. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC no 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União 16 set 2004; Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância Ambiental em Saúde – textos de epidemiologia. Brasília, 2004a.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. BRASIL, 2006a

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n.12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**.** Diário Oficial da União, 03/08/2010. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/ legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cartilha do Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Brasília, 2010.

BRASIL. Fundação Alexandre De Gusmão - FUNAG. Cadernos de sustentabilidade da Rio+20: diretrizes de sustentabilidade e guia de boas práticas da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Brasília. 2012. 206 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde**:** 210 p. 2014.

BRASIL. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2016. Disponível em: www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf.

BRUNDTLAND, G. Our Common Future: From One Earth to One World. Nova York: Oxford University Press, 1987. Disponível em: https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf Acesso em: 10 de maio 2017.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COLLARES, L.G.T.; FIGUEIREDO, V.O. Gestão de resíduos sólidos gerados na produção de refeições. **Nutrição em Pauta**, v. 114, p. 19-24, 2012.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Food losses and waste in the Latin America and the Caribbean. Food and Agriculture Organization for the United Nations, Rome, 2014. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i3942e.pdf/. Acesso em: 10 de abril 2017.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. The State of Food Insecurity in the World. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma, 2015. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf. Acesso em: 10 de abril 2017.

FECOMÉRCIO – Federação do Comércio. O uso racional da água no comércio. 2010. Disponível em: http://site.sabesp.com.br/uploads/file/asabesp_doctos /cartilha_fecomercio.pdf. Acesso em: 04/06/2018.

FIESP. Produção Mais Limpa. Disponível em: http://www.fiesp.com.br/ambiente/perguntas/producao-limpa.aspx. Acesso em: 10/03/2011.

GAZOLLA M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: junho de 2018.

JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Revista Estudos Avançados**, n.25, v.71, 2011.

LEITE, L.R. Sustentabilidade no Setor Agroindustrial – uma análise das principais empresas do ramo alimentar com atividades na BOVESPA. 2010. Dissertação (mestrado) da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, 2010. 128p.

MALUF, R. Recursos naturais e soberania alimentar. In: Congresso Virtual Internacional- Economia verde e Inclusão Socioprodutiva: o papel da agricultura familiar. 13-22. 2012; Rio de Janeiro.

MARTINS, A. M. Sustentabilidade ambiental em unidades de alimentação e nutrição coletivas de Santa Catarina. Dissertação submetida ao programa de Pós Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Graus de Mestre em Nutrição. Florianópolis, SC, 2015. 161 p.

NEVES, M.F.; CASTRO, L.T. (Org.) **Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores da maneira sustentável em modernas cadeias produtivas.** São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G.Z.; CARBONARI, M. M. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva; 2011.

PIRES, I.C.G; FERRÃO, G.E. Compostagem no Brasil sob a perspectiva da legislação ambiental. **Revista Trópica – Ciências Agrárias e Biológicas, p.01-18, v.09, n.01, 2017**

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 81 p. ISBN 858643535X.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SILVÉRIO, G. A; OLTRAMARI, K. Desperdício de alimentos em Unidades de Alimentação e Nutrição brasileiras. Ambiência - **Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 10, n. 1, p. 125–133, 2014. DOI:10.5935/ambiencia.2014.01.10

SOARES, A.G. Desperdício de alimentos – um desafio político e social a ser vencido. 2014. In: http://www.ctaa.embrapa.br/upload/publicacao/art-182.pdf. Acesso em 06 mai 2015.

SPINELLI, M. G. N. Gestão adequada dos serviços pode gerar aumento da deficiência operacional e diminuir despesas, beneficiando o meio ambiente. **Revista Nutri do Conselho Regional de Nutricionistas- CRN** 3ª região, 2009.

STRASBURG, V.J.; JAHNO, V.D. Paradigmas das práticas de gestão ambiental no segmento de produção de refeições no Brasil. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 22, n. 1, p. 3-12, 2017.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A.; SILVA, R. N. B. Sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais**. Tempo da Ciência**. Volume 21 Número 42 2º semestre de 2014 ISSN: 1981-4798.

TEO, C.R.P.A.; TRICHES, R.M.(Org.). **Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2016. p. 345-378.

VIEROS, M. B.; PROENÇA, R. P. C. Princípios de sustentabilidade na produção de refeições. **Nutrição em Pauta**, v. ~~mai-jun~~ p. 45-49, 2010.

CAPÍTULO 4

TRADIÇÕES AFRICANAS À SOMBRA DA CRISTANDADE: O CASAMENTO ESCRAVO NA FREGUESIA DO PRESÍDIO (1839-1845)

Data de submissão: 21/08/2023 *Data de aceite: 01/02/2024*

Igor Nogueira Lacerda
Historiador. Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando em História
http://lattes.cnpq.br/0627752009738774

RESUMO: Dentro de uma Monarquia pluricontinental portuguesa, todas conexões no ultramar trouxeram sua representatividade quando pensamos nos modos de produção, no comércio, nas estruturas sociais e na confluência de um considerável emaranhado de culturas interagindo. Diante dos sacramentos e doutrinas do cristianismo, fossem na Pia Batismal ou nas alianças confirmadas no Altar, compreendemos que estes indivíduos escravizados testemunhavam uma reconfiguração de seus costumes e tradições. De forma imposta, fazendo parte de um mecanismo de controle social destes sujeitos, estas novas tradições tinham a intenção de transformar as percepções de espiritualidade e devoção, trazendo consigo uma ampla doutrina dogmática de costumes ligados a moralidade e práticas sociais baseadas nos costumes europeus de civilidade. Deste modo, nosso objetivo será de discutir a estrutura ritualística cristã como processo de transmutação dos moldes de identificação espiritual e base de conduta moral dos africanos em condição jurídica de escravidão na freguesia de São João Baptista do Presídio. Partindo de uma metodologia de análise dos assentos paroquiais de matrimônios, selecionando nas atas os sujeitos que constam nos registros como provenientes de África no período entre 1839 a 1845 referente aos assentos matrimoniais.

PALAVRAS-CHAVE: Tradições africanas. Cristandade. Ritos e mitos.

AFRICAN TRADITIONS IN THE SHADOWS OF CHRISTIANITY: SLAVE MARRIAGE IN THE PARISH OF PRESÍDIO (1839-1845)

ABSTRACT: Within a Portuguese pluricontinental Monarchy, all overseas connections brought their representativeness when we think about modes of production, commerce, social structures and the confluence of a considerable tangle of interacting cultures. Faced with the sacraments and doctrines of Christianity, whether in the Baptismal Font or in the alliances confirmed on the Altar, we understand that these enslaved individuals witnessed a reconfiguration of

their customs and traditions. In an imposed way, as part of a mechanism of social control of these subjects, these new traditions were intended to transform perceptions of spirituality and devotion, bringing with them a broad dogmatic doctrine of customs linked to morality and social practices based on European customs of civility. In this way, our objective will be to discuss the Christian ritual structure as a process of transmutation of the spiritual identification molds and basis of moral conduct of Africans in the legal condition of slavery in the parish of São João Baptista do Presídio. Starting from a methodology of analysis of the parish registers of marriages, selecting in the minutes the subjects that appear in the records as coming from Africa in the period between 1839 and 1845 referring to matrimonial records.
KEYWORDS: African traditions. Christianity. Rites and Myths.

INTRODUÇÃO

Pensar ritos e mitos de matrizes africanas, é buscar por uma reflexão de como sua incidência se configurou no território brasileiro, caracterizadas por uma complexa rede de manifestações culturais, sociais e econômicas, além das diretrizes eclesiásticas determinadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*[1]. As transformações provenientes de uma monarquia pluricontinental lusa, gerenciada pela obtenção de lucros concernentes nos modos de produção escravista, exploração de recursos coloniais, e projetos mercantis de poder, transformara as estruturas de clãs, comunidades e unidades políticas das colônias portuguesas no continente africano. De acordo com Serge Gruzinski, "a Coroa Portuguesa, uma das bases das Monarquias Católicas, constituiu uma das primeiras burocracias operando em escala global, tratando-se de uma construção dinástica, com ligações estreitas com a Igreja" (2001, p. 178-179).

Sendo assim, repensar um modelo social luso na América é uma situação complexa, justamente pelo intercâmbio contínuo de pessoas e culturas de diversas partes do projeto mercantilista português, exemplificando um modelo heterogêneo de sociedade, com suas especificidades relativas autonomias. Neste sentido, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (2009, p. 40) enfatizam que explicar a formação de uma sociedade da América lusa através de ideias como projeto mercantil combinada á coerção da escravidão parece, no mínimo difícil, devido ao fato de um julgamento precoce por parte da historiografia em anular os valores das classes sociais dominadas, sem cair no "esquematismo excessivo" referente a história do Brasil Colônia.

Deste modo, devemos considerar que diversos valores intrínsecos de personalidade tribal, de costumes comunitários, de tradições ritualísticas, da concepção de família, casamento e hereditariedade, além do peso das línguas, seriam uma reunião de fatores que tornaria uma tarefa árdua qualquer projeto de adequação dos escravizados africanos

1 Foi um concílio provincial, que tratou dos aspectos relevantes da vida religiosa. Teve sua formulação no núcleo do arcebispado baiano, visando atender as necessidades de adequação a sociedade colonial. Tornou-se um marco de referência para compreensão do catolicismo na época, sendo uma ação episcopal elaborada por Sebastião Monteiro da Vide. Era um conjunto de códices doutrinários, de cunho disciplinar sobre a vida social de laicos e clérigos. Estes textos legislativos, tinham peso de autoridade do ponto de vista jurídico e eclesiástico.

a uma unidade social brasileira. Como defendido por Alencastro (1997), os que estavam em condição jurídica de escravidão eram, "Tributados, julgados, comprados, vendidos, herdados, hipotecados, os escravos precisavam ser captados pela malha jurídica do Império", sendo um direito e privilégio do escravista.

Os aspectos mitológicos de representação da espiritualidade e configurações personalíssimas do peso da Fé, evidenciavam o metamorfismo religioso que a Cristandade trouxera para a forma de se pensar o divino na mente destes indivíduos subjugados. Dentro de uma nova perspectiva religiosa, africanos e seus descendentes, que no Brasil residiam, presenciaram distintas concepções de linhagens, de moldes familiares, onde observâncias particulares europeizadas sobre relações de consanguinidade e parentesco poderiam contrapor suas tradições e culturas, dentro do âmbito social brasileiro. Seria então percebida, a formação de uma nova herança histórica cultural, caracterizada pela união, adequação e sobreposição de valores católicos diante das diversas crenças e inúmeras tradições religiosas africanas.

Deste modo, nosso foco de discussão, destina-se a breve compreensão de parte dessas transmutações culturais e sociais sofridas pelos escravizados provenientes das nações africanas identificadas em documento paroquial, partindo da análise dos assentos de matrimônios referentes a freguesia de São João Baptista do Presídio, situada na Zona da Mata central de Minas Gerais, no período que compreende os anos de 1839 a 1845. Sem a intenção de um aprofundamento nas pluralidades e especificidades da imensurável gama de ritos e mitos representativos das diversas nações africanas, traçaremos o perfil demográfico da freguesia em que estavam inseridos, alinhando os dados com a discussão bibliográfica referente a complexidade a qual esses sujeitos se deparavam ao aderirem ao *Sagrado Matrimônio* no núcleo da religião cristã.

CASAMENTO SOBRE A PERSPECTIVA ESCRAVA

Dentro da freguesia de São João Baptista do Presídio, o percentual de uniões matrimoniais envolvendo escravos ficou abaixo de 10%. Especificando melhor, o número atingiu a marca aproximadamente 8% dos registros. Dentre os 340 assentos examinados, foram no total 29 matrimônios representando a população cativa, todavia, 25 desses casamentos eram entre escravos, e 4 de escravos com pessoas livres. A maioria absoluta das uniões maritais eram entre escravizados que se casavam com membros de um mesmo plantel, tendo apenas 1 exemplo de casamentos de escravos pertencentes a proprietários diferentes que configuraram sua união. Dentre os proprietários de escravos, apenas 7,5 % eram representadas por mulheres, ou melhor, proprietárias. Jonis Freire (2017) destaca que desde o início do século XIX, os diferentes processos de ocupação territorial e os movimentos migratórios realizados na Zona da Mata mineira determinaram a variada participação dos escravos ao conjunto da população total de cada uma das freguesias da

região. Sendo assim, a participação dos escravos no conjunto da população correspondia uma dada estrutura da propriedade fundiária da área.

Dentro da realidade escravista brasileira, Katia M. de Queirós Mattoso salienta que "os senhores, aparentemente, mantinham em suas mãos as regras do jogo social na sociedade brasileira, cuja economia girava em torno do escravismo" (Mattoso, 2016: 148). Participando decisivamente das relações que iam se moldando e adaptando com o tempo, tendo a necessidade de evitar impasses violentos e rejeições. Formava-se uma aliança entre senhores e Igreja em detrimento dos interesses dos escravos, todos tendo um papel crucial na sociedade escravista que, pelo desejo de seus senhores, procuravam a manutenção da ordem e de uma paz controlada. Dentro deste esquema de táticas, negociações, imposições, catequese e conversão, a autora nos apresenta o seguinte argumento:

> A sociedade escravista contava com o apoio da Igreja para ensinar aos escravos as virtudes da paciência e da submissão, a resignação e a obediência à ordem estabelecida. O catolicismo brasileiro, autoritário, era uma religião de obrigações formalistas em que o patriarca chefe de família exercia o verdadeiro papel de chefe religioso. [...] Para os sacerdotes, a moral dos senhores se fundava numa espécie de sacralização da assistência, e dos escravos se santificava na conformidade e no ascetismo (Mattoso, 2016: 140).

Corroborando esta ideia, Emília Viotti da Costa (2010) traz para debate as relações de proximidade, intimidade e convívio que configuraram o cerne da questão escravista no Brasil Colonial. Para a pesquisadora,

> A religião ordena a castidade e não admite outros laços, que não sejam os do matrimônio[...]. Se alguns fazendeiros se empenhavam em sacramentar a união dos escravos, a maior parte preferia ignorá-las. Embora contrariando os preceitos da religião básica do país, o cristianismo, essa promiscuidade sexual em que viviam os escravos coincidia com os interesses do senhor, pois eliminava os problemas que surgiriam por ocasião da venda de escravos casados (Costa, 2010: 316).

A adoção dessa prática os colocaria à margem dos princípios estipulados pelos ritos católicos. Mesmo com a necessidade de se criar vínculos sacramentais estabelecidos pela Igreja Católica, isso não impediu que relações acontecessem e se mantivessem, mesmo com o conhecimento do vigário. A prática do concubinato era comumente adotada naquela época, sendo de interesse dos senhores. Mattoso, em seus estudos, trabalha notavelmente, o exercício destas condutas tidas como libidinosas. Para esse determinado assunto, a autora considera,

> Nas classes médias e baixas o casamento não era realizado e somente as classes dominantes consideravam o casamento católico uma exigência social. Toleradas pela Igreja brasileira, brancos e negros estabeleceram famílias "naturais", o casamento livre ou concubinato era a sorte de quase toda a população branca e negra, e as crianças nascidas dessas uniões eram numerosas (Mattoso, 2016: 150).

O escravo bem-quisto e valorizado receberia através de sua testemunha de renome seu reconhecimento e sua valorização dentre os outros da mesma condição jurídica, tendo para com os seus padrinhos uma relação vertical, baseada na reciprocidade e solidariedade. No entanto, a maioria dos escravos presenciavam outra realidade, a prática do concubinato era diferentemente entendida entre seus pares. Quando se casavam na freguesia do Presídio, em sua maioria, suas testemunhas eram outros escravos, dificilmente presenciava-se a figura de homens livres e de diferentes etnias neste papel. O casamento era a única forma de união familiar normativamente aceita no Brasil Imperial, para tanto, Robert Slenes defende a associação entre a estruturação e ligação que existia entre o estabelecimento da união e o lar,

> Uma preocupação tão grande com o ato simbolizando a criação do "lar" escravo não se coaduna com o desinteresse no processo de seleção de cônjuges que o antecede. Ao contrário sugere uma participação ativa nesse processo. Isso não quer dizer que eram os senhores que normalmente faziam a escolha e impunham suas decisões aos seus cativos. Afinal, é difícil acreditar que uma política de casamentos forçados, sem base alguma nos desejos dos trabalhadores, pudesse ser eficaz; ao invés de promover a reprodução, a disciplina, e a (aparente) submissão, uma tal política teria efeitos contrários (Slenes, 2011: 102).

Para que esses escravos pudessem adquirir condições ideais para formalizar a união, eram necessárias providências distintas dos outros grupos sociais. Rômulo de Andrade (2000) aborda as variáveis das normas religiosas que eram direcionadas de forma específica para a realidade escrava, mesmo tendo pouco aplicabilidade de fato. Para o autor, não deveriam encontrar nas fontes escravos que atendessem às exigências contidas nas doutrinas que compunham As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Andrade, 2000: 180). Na realidade, os escravizados cumpririam uma série de determinações relacionadas às doutrinas cristãs, normas impostas para certificarem, entre alguns casos, a conversão religiosa e o respeito para com a fé cristã, seus dogmas e sua sagrada Igreja, como consta nos preceitos normativos das *Constituições Primeiras*. Integrar-se-ia, assim, depois de todas essas atribuições atendidas, ao núcleo de indivíduos que estariam aptos ao casamento, sendo garantido ao escravizado o acesso a este sacramento.

As alforrias poderiam possibilitar um acesso mais facilitado ao casamento, no entanto, o forro que agora gozava da liberdade necessitaria de uma independência associada a uma estabilidade financeira para galgar um matrimônio que fosse mais atraente. Deveria estar ciente que dependendo da união escolhida, no caso a ser mencionado uma mulher que ainda apresentasse a condição de escrava, ele retornaria à condição de cativo. Dado essa observação, os que estivessem livres, não procurariam alguém diferente da sua condição. Neste cenário, Sheila de Castro Faria levanta um entendimento sobre a importância das estratégias que envolviam os casamentos, no âmbito escravista a autora ressalta,

> A primeira impressão que se nos apresenta é a de que tanto africanos quantos pardos livres deixaram de lado os padrões africanos de casamento. Este "aculturamento" deve ser relativizado. O negro africano estava numa situação imposta unilateralmente e sua atuação, enquanto grupo, comprometida pela retirada abrupta do lugar de origem. Refazer relações originais num contexto totalmente diferente e, não sendo ele o único responsável de seus desejos, era impossível. (Faria, 1998: 338).

Em um ambiente escravista, essa diferenciação, dotada de possíveis privilégios para os senhores, traria benefícios para esta família que detinham a posse dos indivíduos em situação de escravidão. Agora, tendo um aval do senhor, esses escravos poderiam ser considerados menos propícios a fugas ou rebeliões, visto que tinham como sustentação a ideia de manter estáveis suas famílias. Concomitante a este argumento, a autora destaca,

> A maior predisposição dos senhores a aceitar estas uniões pode ser atribuída à ausência relativa de problemas, no caso de venda ou de mudanças no local de moradia das escravas. Ao mesmo tempo havia interesse dos senhores na ampliação do poder pessoal pela anexação de mais dependentes. (Faria, 1998: 317).

Portanto, precisou-se entender a divisão que existia, na hora de casar-se, entre os indivíduos que estavam em condição jurídica de liberdade e os que ainda permaneciam escravizados, mas também ter que o casamento poderia ser visto de diferentes formas de acordo com o gênero dos contraentes. Pautado nos números extraídos dos assentos de matrimônios, compreendeu-se melhor como cada uma dessas parcelas da sociedade se comportava diante deste sacramento. Os livres escravos e forros nos deram a noção de proporcionalidade relacionada à acessibilidade ao casamento de acordo com a etnia, condição social e liberdade. No gráfico que segue, perceberemos as diferenças entre esses setores da sociedade.

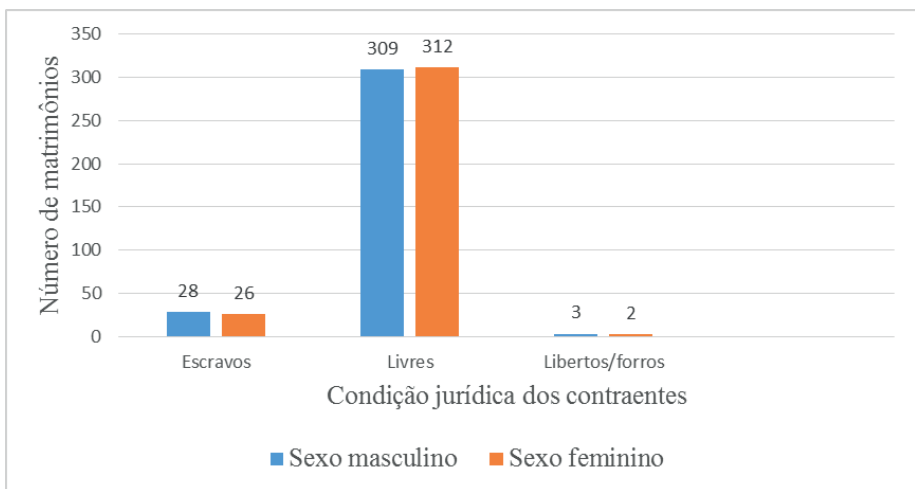



Gráfico I – Condição Jurídica dos contraentes em São João Baptista do Presídio (1839 – 1845)

Fonte: Livro I de matrimônios da paróquia de São João Baptista, São João Baptista do Presídio, MG.

Dentro de 340 uniões conjugais optou-se por uma subdivisão pautada em gênero e condição jurídica, separando os contraentes em: homens e mulheres livres, homens e mulheres escravas e por último, homens e mulheres que eram identificados nos registros como alforriados. Então, percebeu-se que o número de homens e mulheres escravos que casaram se assemelhavam e eram de natureza proporcional, 28 para os homens e 26 para as mulheres, apresentando uma diferença de 2 entre os sexos que contraíram matrimônio. No seguimento da população livre, vimos uma mesma lógica numérica, tendo proporções semelhantes, 312 homens livres estabeleceram uniões para 309 mulheres livres, uma diferença de 3 casamentos em relação a população masculina que se casava no período. Os alforriados que constavam nas atas representavam um pequeno grupo de 5 indivíduos, sendo 3 homens e 2 mulheres. Optamos não colocar os alforriados entre os livres exatamente por pertencer uma categoria social diferente dos livres.

Trabalhando mais a fundo a população escrava que se casou no período, pudemos perceber 25 uniões conjugais entre escravos. Porém, dos 28 escravos do sexo masculino, 3 se casaram com mulheres livres, sendo 1 índia e as outras 2 poderiam ser mestiças filhas mãe índia. Das 26 mulheres escravas, 25 se casaram com escravos e apenas 1 com um homem de outra etnia/cor, esse que seria o indígena Cláudio. Arrolado aos forros, 2 casamentos eram com indivíduos que apresentavam mesmo histórico de alforria, a outra união era com Generosa, africana, preta e escrava, fato interessante, visto que seu marido ao se casar com ela poderia ser remetido novamente a condição de escravo.

Ao abordar a problemática escravista tratada em nossos estudos, vemos uma predominância de matrimônios entre escravos do mesmo plantel, tal procedimento evidencia a política de controle dos senhores sobre os matrimônios de seus cativos. Pelo que foi observado nos assentos, parecia não ser interessante aos proprietários que se formassem vínculos com outros plantéis, visto um risco possível de fuga de ambos os contraentes, além do fator de querer gozar de um domínio forte sobre sua escravaria. As uniões matrimoniais entre escravos de diferentes escravarias poderiam representar uma proximidade entre os proprietários dos contraentes, podendo ser um vínculo de parentesco ou um vínculo cunhado pela vizinhança.

Os escravizados deveriam entender a importância do sacramento e cumprir as obrigações vinculadas ao Santo Matrimônio, conhecer e obedecer aos *Mandamentos das Leis de Deus e da Santa Madre Igreja.* As uniões entre escravos poderiam ser estabelecidas tanto na Matriz e paróquias filiadas, quanto nas capelas das fazendas. No caso das propriedades rurais, o pároco, os reverendos e vigários, poderiam fazer visitas a esses locais, para que ali se celebrassem a união dos cônjuges. São João Baptista do Presídio tinha sua maioria da população concentrada fora da freguesia, a Lista Nominativa de 1819[2] corrobora a afirmação. Dos 28 escravos do sexo masculino, apenas 2 escravos

2 Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas nominativas, Mariana – 1819/1822. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

apresentavam idade, sendo eles: Ignácio, crioulo, na época com 21 anos de idade, escravo de José Antônio de Souza. O segundo caso trata-se de Carlos, africano, Nação, com 19 anos de idade, tendo como proprietário Dona Eulália C. de Castro. O que tornam simbólicos esses dois casos é que as contraentes, que também eram escravas, apresentavam suas idades, e elas possuíam uma mesma faixa etária. No caso de Ignácio, sua esposa, Ana, crioula, escrava da mesma proprietária de seu nubente, tinha 21 anos de idade. Em relação aos escravos Carlos e Joaquina, a realidade é a mesma, sua esposa era também africana, Nação, com 18 anos de idade e pertencendo a mesma proprietária.

Os lugares de possível origem e a proveniência de alguns escravos foram associados aos mesmos como uma espécie de sobrenome e uma forma de identificação entre os escravos que nasceram na África e os descendentes de africanos que já nasceram no Brasil. Seguindo esse raciocínio, destacaram-se dos 29 matrimônios envolvendo escravos, 16 que apresentaram a nacionalidade. É importante lembrar que esses números vieram do total de 340 assentos de matrimônios analisados. Para que se tenha uma melhor compreensão desta ideia, segue o gráfico a seguir:

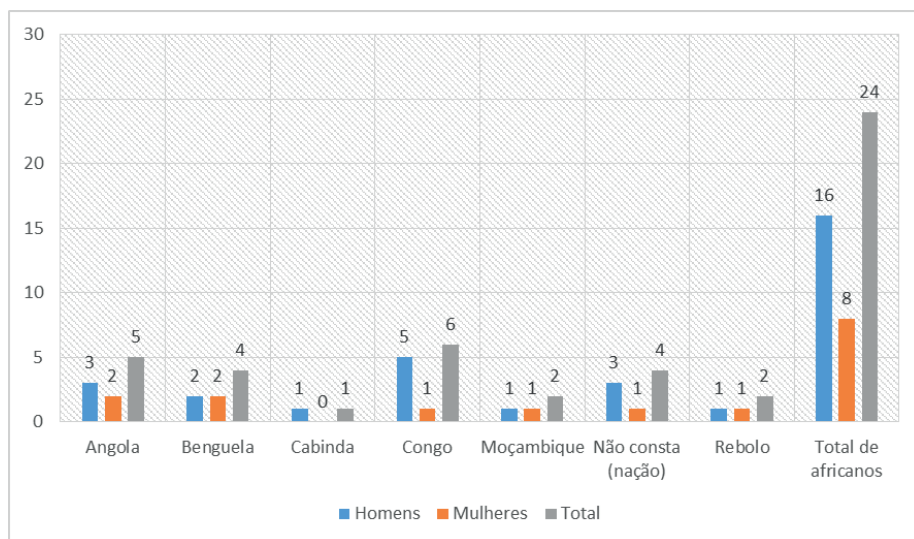



Gráfico II– Proveniência dos contraentes escravos residentes em São João Baptista do Presídio (1839 – 1850)

Fonte: Livro I de matrimônios da paróquia de São João Baptista, Visconde do Rio Branco, MG.

Como se pode observar no esquema elaborado no gráfico III, em ordem crescente, 1 escravo oriundo do porto de Cabinda, 2 oriundos do porto de Rebolo, 2 de Moçambique, 4 Benguela, 4 Nação, 5 Angola, 6 do Congo. Compuseram um total de 24 africanos que foram escravizados e trazidos dos portos da África para o Brasil, sendo 16 homens e 8 mulheres. Números que poderiam corroborar a ideia de que os escravos do sexo masculino

eram mais requisitados e participaram mais do esquema mercantil do tráfico negreiro para região, pelo menos até o momento da proibição do tráfico[3]. Luiz Gustavo Santos Cota (2011) destaca a pressão internacional exercida pela Inglaterra para inibição do tráfico, além de medidas internas ligadas a pauta abolicionista levaram a criação de tratados e incisivos instrumentos legais de combate à escravidão. No entanto, "a completa inobservância da lei de 1831 (conhecida como lei Feijó), bem como os tratados estabelecidos anteriormente, garantiu que o modelo de escravidão se sustentasse até 1888", Cota (2011). Dentro do que se observa na historiografia do tema e também nos assentos do Presídio, os homens constituíram a maioria representativa de todas as nacionalidades das quais foram escravizados e trazidos no tráfico oceânico. Na perspectiva historiográfica de Slenes,

> Primeiro, a grande maioria dos escravos importados para o atual sudeste do Brasil, desde o final do século XVIII até 1850, vieram de sociedades falantes de línguas bantu, principalmente da atual Angola e da região que a historiadora Mary Karasch chama de "Congo-Norte" (a bacia do rio Congo/Zaire e a costa ao norte da desembocadura desse rio, até e incluindo o atual Gabão). Segundo, uma característica comum a praticamente todas as sociedades bantu, como aliás a quase todas sociedades africanas, é o fato de que elas se estruturam em torno da família concebida como *linhagem*, isto é, como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns (Slenes, 2011: 151).

As nacionalidades desses escravos estavam diretamente ligadas as regiões onde o Império Português exercia seus domínios no continente africano. Os membros tribais do continente africano eram destituídos de suas coletividades e eram organizados em grupos para serem enviados para o Brasil e depois realocados para outras regiões, de acordo com a necessidade da mão de obra escrava específica para o setor econômico determinante na área. De acordo com James Sweet (2007), mesmo com as primeiras conversões em massa de povos subsaarianos terem ocorrido no Congo, praticada com a elite congolesa, desde o século XV, sua compreensão de catolicismo permanece pouco clara. O autor considera que muitos desses povos incorporavam o Deus cristão nos seu panteão de divindades, sem reconhecer sua supremacia. Realidade que poderia ser observada também para os angolanos, que aceitavam certos elementos do Catolicismo, concomitante a veneração de espíritos de seus antepassados. Esses territórios são correspondentes aos domínios e influência portugueses nas nações da África, como se desenhou a etnia escravista em Minas Gerais. A escravidão era uma realidade presente em algumas áreas da África, porém, ela tinha representação diferente de outras partes do mundo, notavelmente distante do que foi presenciado nas Américas. Ao dialogar com os estudos de Miers, Suzanne, Kopytoff

3 Como bem ressalta Luiz Gustavo Santos Cota, em 1826, após quatro anos de dura negociação, os britânicos firmaram com o governo brasileiro independente um novo tratado visando à proibição do tráfico de escravos. O novo acordo incorporou provisões constantes nos tratados de 1815 e 1817, estabelecendo o prazo de quatro anos para que o comércio internacional de escravos fosse considerado totalmente ilegal, passando a ser qualificado como pirataria. Em 7 de novembro de 1831, o governo regencial do Império promulgou lei específica confirmando a proibição do tráfico. Ver: COTA, Luiz Gustavo Santos. Não só "para inglês" ver: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. *Revista História Social*, Campinas, n. 21, p.65-92, 2011.

(1977) sobre a dicotomia de escravidão e parentesco nas Américas e África, Flávio Gomes e Roquinaldo Ferreira ressaltam que:

> A associação de entre escravidão e propriedade – comum nos regimes escravistas das Américas – não se aplica a África. Nesta, escravos não eram propriedades, mas sim ocupavam uma condição liminar fadada a desaparecer. Ademais, a relação entre escravidão e estruturas de parentesco africanas não era de oposição (Gomes; Ferreira, 2009: 149).

O escravismo no Brasil era definido pela sua mão de obra e suas atribuições financeiras, seja no próprio modelo do tráfico em si como também na execução do mecanismo de produção. O escravo era o agente que influenciava o sucesso ou não das pequenas e grandes propriedades. Suas culturas, suas tradições transformaram a sociedade. A miscigenação e mestiçagem não se dava apenas com outras raças, mas também eram observadas entre os africanos de proveniências e nações diferentes. Para entender como foi diverso além de expressivo o volume do tráfico escravo para o Brasil, Gomes e Ferreira (2008) consideram que:

> Nos 350 anos de tráfico atlântico, 40% dos cativos enviados para as Américas foram embarcados do Congo e de Angola. O Brasil, por outro lado, se constituiu no principal destino do tráfico, recebendo em torno de 40% dos cativos enviados para as Américas. Ilustrando a intensidade de laços angolanos com o Brasil, cerca de dois terços dos africanos trazidos para cá foram embarcados nos portos de Congo e de Angola (Gomes; Ferreira, 2009: 149-150).

O Brasil tornava-se, ao longo dos séculos, um país de diversas nações e distintas etnias. Nos fogos, pequenos núcleos populacionais, poderiam coabitar figuras de partes diferentes do globo, carregando além de seus traços culturais únicos, suas características étnicas que somadas e misturadas a outras, transformavam a sociedade do que viria se tornar o Brasil. Para Isnara Ivo Pereira (2011), “na América Portuguesa, não apenas índios e africanos eram classificados conforme suas “nações”, mas também cristão novos e europeus que aqui se encontravam”. A autora salienta que talvez isso explique a forte tendência historiográfica em usar o termo “nação” para atribuir a origem dos escravos africanos, transformando-se numa identidade que perpetuava juntamente a identidade do escravo, como um patronímico.

A relação de etnias dos contraentes nos descreve a existência ou não de um grau elevado de miscigenação no local, além de nos trazer a noção da influência da área sobre seus habitantes e vice-versa. Os traços sociais que envolvem escravos, índios, brancos, pardos e outras categorias étnicas originárias dos processos de mestiçagens são por vezes notáveis nos assentos, graças a forma como se compõe as uniões conjugais. Em sua maioria, observamos indivíduos se relacionando com outros da mesma etnia e condição jurídica. Entretanto, a dificuldade em definir a cor daqueles que não apresentavam essa denominação nos assentos nos privou de formular com mais propriedade esse argumento.

Os arquivos paroquiais do Presídio, fossem eles destinados as eventuais naturezas de seus sacramentos ou não, não eram separados por cor ou por condição jurídica. Dentro das atas misturavam-se crioulos, pardos e brancos, assim como livres, forros e escravos. Uma realidade diferente foi presenciada por Júlia Ribeiro Aguiar e Roberto Guedes (2016) ao tratar dos livros paroquiais e suas separações, em São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, no século XVIII, consideram que: "Os livros paroquiais foram específicos em seus enunciados por estatutos jurídicos e/ou de cor. Havia livros para livres (também chamados livros de brancos e forros ou brancos livres) e para escravos, também ditos livros de pretos ou cativos" (Aguiar; Guedes, 2016: 88). Na freguesia do Presídio, os assentos se misturavam, sem ter um livro específico para os escravizados. Noutro ponto, Aguiar e Guedes teceram ainda considerações sobre a importância dos párocos para determinação de cor nos registros paroquiais referentes àqueles que estivessem inscritos nas atas, corroborando a ideia de que:

> Os padres tiveram papel fundamental na conformação de um vocabulário social de cor e parte deles permanecia muitos anos na mesma paróquia, o que possibilitava conhecer profundamente os fiéis e as hierarquias locais, mas também, com a pena na mão, explicitar ou omitir informações, inclusive qualidades de cor (Aguiar; Guedes, 2016: 102).

Para contextualizar melhor essa problemática de caracterização de cor e etnia, Hebe Mattos (2009) ressalta que "cerca de metade da população livre da antiga colônia portuguesa era classificada como parda em estimativas do final do período colonial, muitos desses pardos, ex-escravos incluídos, eram proprietários de escravos". Portanto, com a análise do seguinte quadro, procuraremos entender os aspectos étnicos contidos nos matrimônios de São João Baptista do Presídio no final do primeiro quartel dos oitocentos.

	Africanos/ pretos	**Não consta**	**Mestiços (descendentes de pai ou mãe indígena)**	**Índios**	**Cabras**	**Pardos**	**Crioulos/ pretos**
Sexo feminino	4	313	2	1	2	4	14
Sexo masculino	15	305	3	1	1	0	15

Quadro I – Relação de etnias dos contraentes em São João Baptista do Presídio (1839 – 1845)

Fonte: Livro I de matrimônios de São João Baptista do Presídio (1839 -1845)

Em números gerais, os brancos e/ou pardos compunham no sexo feminino 92,05% dos que se casavam, já os representantes do sexo masculino eram 89,70 % presentes nos assentos de casamento. A população crioula/preta compunha entre as nubentes 4,11% diante de 4,41% entre nubentes. Os africanos quantificavam 1,17 % para as mulheres e 4,41 para os homens. Os pardos correspondiam a 1,17, sendo apenas mulheres dessa

etnia e nenhum homem definido assim. Os mestiços, descendentes de mãe indígena e pai desconhecido ou não revelado, representavam no sexo feminino 0,58 das contraentes e dos contraentes a porcentagem foi de 0,88 % contida nos registros. Os cabras eram também pouco notáveis nas atas, trazendo a seguinte realidade, 0,58 % para homens e 0,29 % para mulheres. A mesma escassez de aparência nos registros se identificou para os índios, compondo apenas 0,29 % dos assentos de matrimônios em ambos os sexos.

Portanto, a população de São João Baptista do Presídio carregava seus traços característicos, sendo uma sociedade desenvolvida em cima de mestiçagens e miscigenações, o que evidentemente traria uma dificuldade para o pároco na hora de definição das cores dos membros de sua paróquia. E essa realidade se reflete nos números, dos 340 assentos estudados, 313 correspondiam a mulheres que não apresentavam etnia/cor, enquanto os membros do sexo masculino compunham 305 sem representatividade dos traços etnia/cor. No contexto de etnicidade, Douglas Cole Libby e Zephyr Frank apresentam o raciocínio de que,

> Na América Portuguesa, a etnicidade se pautava em questões de naturalidade entrelaçadas por posição social. A etnicidade poderia ser uma fonte de coesão e comunidade (por exemplo, padrões de casamentos endógenos), bem como de diferenciação social e mobilidade. As estruturas sociais também se fundamentavam em distinções de condição legal – livre, forra e escrava –, e essas distinções se entrecruzavam com a etnicidade por formas complexas que ainda não são inteiramente entendidas (Libby; Frank, 2009: 384).

Portanto, o que identificamos nos livros de matrimônios, entre os anos de 1839 a 1845 vai além de informações que se direcionam aos portos provenientes dos escravizados trazidos para a freguesia do Presídio. O que o estudo das fontes, associada as discussões bibliográficas nos mostraram, foi um breve redesenho histórico de uma povoação multiétnica, constituída de uma sociedade multifacetada, originada nos antigos territórios das nações indígenas dos coroados, coropós e puris. Sendo um povoamento que teve em seu núcleo social a interação direta entre os indivíduos provenientes dos processos migratórios forçados, componentes de uma rede de comércios dinâmica, oriundas de instrumentos governamentais de expansão e conquista. Fossem eles provenientes dos portos da África ou de diferentes regiões do Brasil, estiveram fortemente conectados ao sucesso da estruturação da freguesia, tornando uma zona fronteiriça, nos sertões da Zona da Mata mineira, próspera economicamente, sendo o alicerce do desenvolvimento agrário, que se fundamentava em cima do sistema de produção escravista.

CONCLUSÃO

Fomentar um debate teórico sobre ritos e mitos dos africanos escravizados trazidos para o Brasil, nos estabeleceu desafios ao tentar tecer um breve estudo histórico que permitisse cooptar as formas diferentes de inserção destes indivíduos no núcleo social cristão brasileiro. Perceber e analisar os dados demográficos, não apenas seus portos

de proveniência, mas também possibilitou a compreensão dos mecanismos sociais que definiram os perfis dos nubentes e como estes, que estavam em condição jurídica de escravidão, puderam acessar o sacramento do matrimônio. A compreensão dos fenômenos que impactaram a nupcialidade no núcleo escravista, nos propiciou um breve vislumbre dos obstáculos que os escravizados enfrentaram, quando almejavam o casamento e, de certa forma, como funcionaram as estratégias dos senhores diante de seus cativos e suas construções familiares. O argumento mais factível, gira em torno do poder da Igreja sobre as mentalidades, estando em harmonia coma vontade dos escravistas, fazendo da religião um instrumento de domínio e controle social das massas escravizadas.

FONTES

Livro de Matrimônios I, Paróquia de São João Batista, Visconde do Rio Branco, MG.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Júlia Ribeiro, GUEDES, Roberto. Pardos e forros: agentes de escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII). *In*: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. *História Social em Registros Paroquiais*: [Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVII-XIX]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p.

ALENCASTRO, L. F. (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império – a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Rômulo. Casamento entre escravos na região cafeeira de Minas Gerais. *Rev. Univ. Rural, sér. ciênc. hum***.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 177 - 197, jul./dez. 2000.

COTA, Luiz Gustavo Santos. Não só "para inglês" ver: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. *Revista História Social*, Campinas, n. 21, p.65-92, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala a Colônia*. 5. Ed. São Paulo: UNESP, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. 3º. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo*. Vol. 14, no 27. Dezembro, 2009. p. 49-63.

GRUZINSKI, Serge. "Os mundos misturados da Monarquia Católica e outras 'Connected Histories'". In: Revista Topoi, UFRJ, Rio de Janeiro, mar.2001, pp. 175-195.

FREIRE, Jonis. Senhor Bom Jesus do Rio Pardo: ocupação, povoamento e escravidão na Zona da Mata Mineira "Sul", século XIX. In: ANDRADE, Vitória Schettini de et al. (Org.). *As várias faces de Minas*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2017. p. 280-324. v. 1, p. 181 e 182.

GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. A Miragem da Miscigenação In: *Novos Estudos*, nº 80, CEBRAP, março de 2008.

IVO, Isnara Pereira. O enigma de cores e formas nos Sertões da América Portuguesa – Século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França et al. (Org.). *Escravidão, Mestiçagens, Ambientes, Paisagens e Espaços*. São Paulo: Annablume, 2011.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, v. 29, p. 383-415, 2009.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-37.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*: séculos XVI-XIX. Tradução de Sonia Fuhrman. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016.

SLENES, Robert W. *Na Senzala Uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

SWEET, James. *Recriar a África*: cultura, parentesco e religião no mundo Afro-português. Lisboa: edições 70, 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR: Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da UNESP, campus de Assis-SP. Licenciado em História e pós-graduado em História do Brasil e História da América pelo Centro Universitário de Araras. Mestre em Comunicação pela UNESP, campus de Bauru. É bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba (SP). Cursou Especialização em Política e Sociedade no Centro Universitário de Lins (SP). Especialista em Semiótica e Análise do Discurso pela Faculdade Metropolitana de São Paulo. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq "História e Mídias Eletrônicas" (GPHME), da FCL-UNESP. Também é membro do Grupo de Pesquisa Pensamento Comunicacional Latino Americano, do CNPq / UNESP / FAAC. Possui publicações relevantes em livros nacionais e congressos internacionais, além de participação como palestrante e coordenador de mesa de eventos científicos da ANPUH e do PPG de História da Unesp.

HISTÓRIA:

narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2024

HISTÓRIA:

narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2024